

HABEAS CORPUS Nº 638.309 - MG (2021/0000606-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : THIAGO SEBE LEAL
ADVOGADO : THIAGO SEBE LEAL - MG115774
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CAMILA ALVES FREIRE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAMILA ALVES FREIRE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A paciente foi condenada à pena de 10 (dez) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que a apenada já cumpriu mais de 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 22 (vinte e dois) dias da sua reprimenda e não possui falta disciplinar. Aduz que a paciente é indispensável aos cuidados de seus 2 (dois) filhos menores de 12 (doze) anos.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão de prisão domiciliar ou medidas cautelares diversas da prisão à paciente, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL

Superior Tribunal de Justiça

EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Com efeito, o Tribunal de origem, ao indeferir a liminar, ponderou que "as crianças vêm sendo cuidadas pela avó paterna, que possui rendimentos financeiros próprios e não possui doença que a impeça de continuar nesta condição. Ressalta que as crianças são obedientes à avó e assíduas na escola, mostrando bom desempenho através de suas notas e que, embora sintam falta da mãe, estão recebendo os cuidados devidos." (fl. 17).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente